



BALANÇO DE UM ANO DA MORATÓRIA DA SOJA

São Paulo, 24 de julho de 2007, - Há exatos 12 meses a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e a ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), juntamente com suas respectivas associadas, se comprometeram a não comercializar a soja produzida em áreas do Bioma Amazônia, desmatadas após aquela data. Este compromisso terá duração de 2 anos. Além disso, na declaração da Moratória, o setor reiterou seu repúdio ao uso do trabalho análogo ao escravo.

Carlo Lovatelli - Presidente da ABIOVE destacou que o setor decidiu assumir o compromisso da produção responsável por entender que esta é uma demanda do consumidor, a qual já foi incorporada à especificação da soja e produtos. "Estamos dispostos a enfrentar questões complexas de forma a alcançar um futuro de competitividade com equilíbrio sócio-ambiental."

Paulo Adario - "A moratória é uma oportunidade única de demonstrar que a articulação entre empresas, organizações não-governamentais e movimentos sociais, amparada por recursos condizentes, pode ajudar a superar os desafios de governabilidade e efetivamente proteger a floresta", disse Paulo Adario, coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace. Para ele, a iniciativa da ABIOVE e ANEC precisa inspirar outros setores do agronegócio a adotar políticas semelhantes, "para virarmos o jogo contra o desmatamento e as mudanças climáticas".

Pouco tempo depois do anúncio da moratória o setor empresarial e as organizações da sociedade civil constituíram o Grupo de Trabalho da Moratória da Soja (GTS) e passaram a trabalhar na implementação da moratória, buscando trazer governança para a região. Após um ano consideram ter feito avanços importantes até o momento no sentido de desestimular o desmatamento para o plantio de soja no Bioma Amazônia. O GTS comprometeu-se também a trabalhar junto aos produtores e governo com o objetivo de impedir novos desmatamentos e estimular a governança nas áreas já desmatadas.

Neste primeiro ano, os seguintes passos foram dados:

- Foi constituído um grupo de trabalho com a participação da sociedade civil, indústria e governo para implementar os compromissos assumidos pela ABIOVE, ANEC e seus associados de não comercializar soja vinda de novos desmatamentos pós 24 de julho de 2006. Esse grupo tem primado pela transparência e confiança entre as partes;
- O setor assinou o Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo e adotou a lista "suja" do Ministério do Trabalho, como referência, sendo que foram incluídas nos contratos de compra de soja cláusulas específicas de rompimento dos mesmos quando for constatado algum caso;

- Foi produzida uma cartilha para informar o produtor rural sobre a moratória e o Código Florestal, que explica ao produtor sobre a importância da moratória e a participação da ABIOVE e ANEC nesta iniciativa;
- Foi acordado que a moratória se aplica ao Bioma Amazônia, cujos limites estão sendo definidos com maior precisão cartográfica pelo IBGE, e devem estar disponíveis em agosto próximo.

Ainda há grandes desafios pela frente, o principal deles é a implementação de um sistema de mapeamento e monitoramento que seja suficiente para garantir aos clientes internacionais e brasileiros o cumprimento do anúncio feito em 24 de Julho de 2006. Este sistema, está sendo elaborado em conjunto por representantes da indústria e das ONGs participantes do GTS, e está em fase adiantada de desenvolvimento.

Foi definido pelo GTS um processo que permite a identificação de novos desmatamentos nas áreas de plantio na safra 2007/2008. Este processo está baseado na produção de um mapa de referência, que aponta o status do desmatamento em agosto de 2006 (linha de base da entrada em vigor da moratória). Este mapa foi encomendado ao INPE, entidade do Governo Federal Brasileiro, referência oficial no assunto, e estará pronto em agosto de 2007.

Para finalizar um sistema de controle adequado para a moratória estão sendo desenvolvidas ferramentas que permitam a identificação do responsável pelo desmatamento, uso do solo e monitoramento da origem da soja, sendo necessários:

- que a ABIOVE e ANEC apresentem um sistema de monitoramento de suas compras, que seja transparente e inclua auditoria externa;
- o mapeamento das propriedades rurais, passo fundamental que depende do envolvimento dos governos federal e estaduais na implementação do SLAPR e o cadastramento das propriedades rurais.
- As empresas poderão colaborar com o governo estimulando os produtores a regularizar do ponto de vista fundiário e ambiental as fazendas de soja.

O governo federal, através da Casa Civil já se comprometeu a organizar, em conjunto com o GTS e os governos estaduais da Amazônia, um workshop sobre ordenamento territorial e licenciamento ambiental da propriedade rural, para atender as demandas necessárias à implementação da moratória.

Alguns dos desafios para o ordenamento territorial e a produção responsável de soja na Amazônia não serão resolvidos em curto prazo, mas precisam ser abordados na busca por soluções definitivas.

Esses desafios passam pelo compromisso concreto dos produtores de soja em cumprir o Código Florestal e realizar o licenciamento ambiental de suas propriedades. Isso exige o envolvimento direto do governo na adoção do SLAPR pelos produtores, com o apoio das empresas.

GTS – Grupo de Trabalho da Soja - Moratória